

A – INTRODUÇÃO

SÍNTESE DE INDICADORES

(Milhares de Euros)	2006	2007	Varição
Activo Líquido	552.101	618.646	12,1%
Crédito sobre Clientes (Líquido)	524.362	582.022	11,0%
Situação Líquida	99.189	111.499	12,4%
Margem Financeira	36.485	36.710	0,6%
Resultado Líquido	11.027	12.310	11,6%
Cash-Flow	16.908	23.735	40,4%
Resultado Líquido por Acção (Euros)	1,914	2,137	11,6%
Rácio de Solvabilidade	17,6%	14,9%	-15,3%
ROE	16,5%	15,8%	-4,2%
Crédito Vencido/ Crédito Total	7,5%	6,5%	-12,8%
Cobertura Crédito Vencido	88,6%	92,2%	4,1%
Número de Efectivos Médio	270	305	13,0%

MENSAGEM DO PRESIDENTE

2007 foi, para todos nós, um ano particularmente intenso. O lançamento pela nossa principal subsidiária, o Credifin Banco de Crédito ao Consumo, SA, dos cartões de Fidelização (Janeiro) e Pagamento (Setembro) do Modelo/Continente e o Projecto LISA, absorveram muito das nossas energias e dos nossos recursos.

Se associarmos a isso uma conjuntura desfavorável de crescimento das taxas de juro, que afectaram fortemente as nossas condições de financiamento, sem que, para mantermos a competitividade, as pudéssemos repercutir nos clientes e uma situação económica internacional, mas também em Portugal, que exerceu uma enorme pressão sobre os indicadores de Risco e sobre a actividade em geral, encontramos todos os ingredientes para um ano particularmente difícil.

Apesar de tudo, foi possível, com o apoio empenhado dos nossos Accionistas, aumentar a quota de mercado do Credifin na generalidade dos produtos, melhorar o seu resultado em cerca de 30 % e continuar a diversificação da sua oferta.

Infelizmente, não acredito que 2008, reúna condições para dissipar alguns dos nossos receios e, por isso, manteremos uma posição de prudência consciente, sem abdicarmos das nossas ambições e expectativas de continuar a crescer e a reforçar a posição do Credifin no mercado.

Talvez, mais do que em qualquer um dos últimos anos, seja de inteira justiça, referir que, o que conseguimos, é essencialmente fruto do empenho e profissionalismo da generalidade dos colaboradores do Credifin e do apoio e confiança dos nossos parceiros de negócio.



Ulisses Carneiro



B – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade da Cofinoga Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, as Demonstrações Financeiras bem como a Proposta de Aplicação de Resultados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Internacional

A actividade económica mundial em 2007 apresentou uma evolução desfavorável, nomeadamente pelo avolumar dos factores de incerteza desencadeados pela crise do mercado de crédito *subprime* nos Estados Unidos da América e agravados pelos seus desequilíbrios macroeconómicos.

Nos Estados Unidos, os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria e dos serviços mantiveram, ao longo do segundo semestre, uma trajectória descendente, reflectindo a subida generalizada dos preços de energia e de produtos alimentares e a crescente instabilidade financeira das famílias causada pela quebra dos preços da habitação.

Na área do Euro, e no final do ano de 2007, verificou-se uma deterioração dos indicadores de confiança dos agentes económicos, embora a actividade económica continue com um forte crescimento, nomeadamente a produção industrial e as exportações.

Ao mesmo tempo, assistimos, a uma escalada dos preços das matérias-primas (com destaque para o petróleo), a uma forte correcção dos índices bolsistas internacionais e à manutenção do Euro em valores historicamente elevados face ao dólar americano.

Nos mercados de crédito internacionais, a turbulência verificada nos últimos tempos tem levado ao crescimento dos prémios de risco por efeito da alteração dos critérios de avaliação, sobretudo nas classes de activos de risco mais elevado, o que se tem reflectido no aumento dos custos globais de financiamento.

Economia Portuguesa

A recuperação da economia portuguesa em 2007 deveu-se a uma clara aceleração do investimento empresarial e a uma expansão significativa das exportações de bens e serviços, num contexto em que a situação no mercado de trabalho se continua a deteriorar. Adicionalmente, a economia portuguesa retomou em 2007 o processo de ajustamento do desequilíbrio das contas externas.

Para esta evolução têm contribuído, por um lado, a continuação do processo de consolidação orçamental, superando mesmo os compromissos assumidos no âmbito do PEC e, por outro lado, a manutenção de um crescimento moderado do consumo

privado, que implicou a interrupção em 2007 da tendência descendente da taxa de poupança das famílias observada nos anos mais recentes.

A evolução da economia portuguesa em 2007 continuou a ser condicionada por um conjunto de factores, de ordem externa e interna. A nível de enquadramento externo, podem destacar-se a intensificação do processo de globalização económica e financeira e a continuação do aumento gradual das taxas de juro do BCE. A nível interno, importa sublinhar a continuação da moderação do consumo das famílias, bem como a manutenção da natureza claramente restritiva da política orçamental, associada ao indispensável processo de consolidação das contas públicas.

As taxas de juro bancárias têm aumentado em linha com as taxas de juro do mercado monetário, embora com o habitual desfasamento temporal. Esta evolução, no contexto de um nível elevado do endividamento dos particulares é um dos factores que contribuiu para um crescimento moderado do consumo privado. De facto, o consumo privado cresceu 1,2% em 2007, um ritmo semelhante ao observado em 2006. Para esta evolução contribuíram igualmente a deterioração das condições do mercado de trabalho, com um aumento continuado da taxa de desemprego e uma fraca criação líquida de emprego, e o agravamento da carga fiscal, nomeadamente ao nível dos impostos indirectos.

No ano de 2007 prosseguiu a consolidação das contas públicas, pressuposto fundamental para assegurar um crescimento sustentado da economia portuguesa no médio e longo prazo. De acordo com as estimativas oficiais, o défice deverá atingir o valor de 3% do PIB em 2007, o que significa que Portugal teria atingido o valor de referência para o défice no âmbito do PEC um ano antes do que decorre dos compromissos assumidos pelo Governo.

ACTIVIDADE DA EMPRESA

Como sociedade gestora de participações sociais, o seu objecto consiste na gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão. No entanto, e à semelhança de exercícios anteriores, durante o exercício de 2007 a Empresa não efectuou prestações de serviços, limitando-se a gerir a carteira de participações sociais.

Os proveitos registados durante o exercício de 2007 correspondem aos juros obtidos nos financiamentos efectuados a empresas do Grupo.

Relativamente aos custos, salientamos os custos com pessoal, que dizem respeito, na íntegra, ao custo suportado com o Fiscal Único e à amortização do imobilizado próprio.

ACTIVIDADE DO CREDIFIN – Banco de Crédito ao Consumo, SA

O Modelo de Negócio

A organização do modelo de negócio seguida em 2007 manteve, no essencial, a estrutura de banco especializado no crédito ao consumo.

Sendo um banco especializado no crédito ao consumo, dispõe de uma oferta global que permite satisfazer cada uma das necessidades dos seus clientes, das quais destacamos:

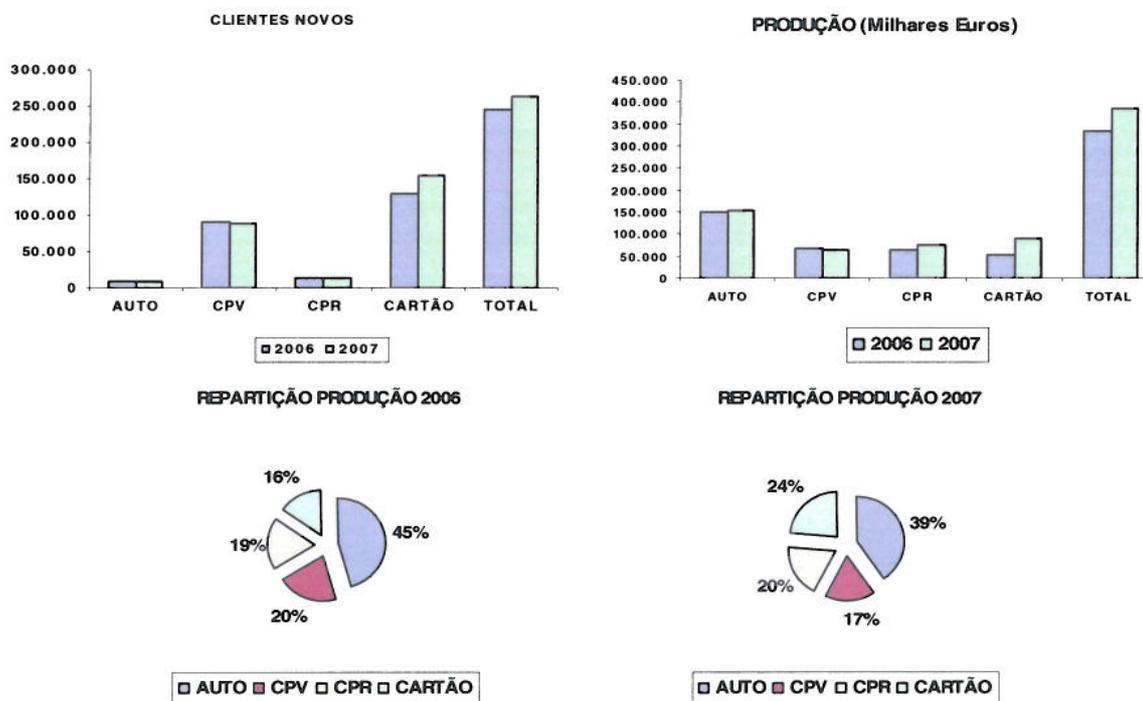
- Crédito Automóvel

- Leasing
- Aluguer Financeiro
- Crédito no Ponto de Venda (CPV)
- Crédito Pessoal Revolving (CPR)
- Cartão Privativo
- Fidelização

A actividade do Credifin desenvolveu-se em torno de quatro eixos estratégicos considerados como essenciais para o futuro:

- Desenvolvimento no mercado automóvel, tendo como objectivo a assinatura de novos acordos de parceria e o incremento da produção num mercado em perda de velocidade;
- Consolidação das parcerias no mercado do crédito no ponto de venda;
- Desenvolvimento do cartão privativo e/ou fidelização com a assinatura de novas parcerias no mundo da grande distribuição; e
- Desenvolvimento do *Cross-Selling* e *Up-Selling* dos ficheiros internos.

Indicadores de actividade



Actividade Comercial Auto

O ano de 2007 traduziu-se por uma evolução positiva do mercado de veículos ligeiros, com um crescimento de 4,8%.

A alteração da fiscalidade automóvel, verificada em 2007, com a introdução do I.S.V. (Imposto sobre veículos) e do I.U.C. (Imposto único de circulação) não teve impactos positivos nas vendas de viaturas, tendo ocorrido simplesmente uma substituição da procura, e uma alteração do "mix" produto.

Por sua vez, o programa de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, contribuiu decisivamente para o crescimento do mercado em 2007.

O CREDIFIN continua a orientar a sua estratégia nesta área de negócio, para o canal fornecedor, proporcionando uma série alargada de produtos e serviços, apostando num apoio comercial forte junto dos pontos de venda.

O CREDIFIN praticamente manteve a mesma posição do ano anterior, tendo aumentado (2,4%) no que se refere ao capital financiado, 155,5 milhões euros em 2007 contra 151,8 milhões em 2006.

No "mix" produto registou-se um aumento do crédito clássico e um decréscimo do leasing e ald.

Quanto à segmentação entre viatura novas e usadas o peso dos financiamentos de viaturas usadas foi de 39%, o que traduziu um ligeiro decréscimo.

O financiamento automóvel representou 40% do total do negócio do banco em 2007.

A crescente competitividade nesta área de negócio, associada a uma política conservadora de risco, e a um esforço de protecção das margens associadas fez com que os resultados em termos de volume de negócio, sejam praticamente idênticos aos do ano anterior, mantendo-se e consolidando-se as suas principais parcerias.

Actividade Comercial no Ponto de Venda

O financiamento de bens de consumo através do Crédito Clássico representa 17,8% do total da produção do Credifin. O capital financiado foi de 64,7 milhões de euros em 2007 contra 68,4 milhões em 2006, o que representou uma diminuição de 5,4%.

Este decréscimo teve a ver essencialmente, com o fim de uma relação comercial com um parceiro importante, no segundo semestre por decisão estratégica do Credifin.

O Credifin desenvolve uma política de consolidação e fidelização das parcerias existentes, bem como angariação de novas, em sectores de actividade diferentes daqueles em que actua tradicionalmente.

Actividade Comercial Crédito Pessoal

Relativamente ao crédito comercial revolving sobre a sua carteira de clientes, o volume de negócios ascendeu a 38,9 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 32% relativamente a 2006. Para garantir esta evolução, o Banco privilegiou uma gestão do produto de forma segmentada, com ofertas adequadas ao perfil dos seus clientes e à utilização dos vários canais.

O Credifin manteve também uma actividade "Directo", através da marca Mediatis, presente na imprensa, internet e televisão. O volume de negócios atingiu 36,9 milhões de euros, correspondendo a uma evolução de 12% relativamente ao ano passado.

O ano de 2007 foi igualmente um ano marcado pelo desenvolvimento do PPC (crédito pessoal amortizável) e do RAC (consolidação de crédito). Desta forma, o Credifin reforça a sua estratégia de diversificação, diferenciação e alargamento da sua oferta no mercado de produtos financeiros.

Em 2007 foi lançado o novo produto de "Reserva Financeira", uma oferta complementar ao cartão privativo (Worten / Vobis)

Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito evoluiu favoravelmente ao longo do ano nos vários produtos comercializados pelo Credifin. Verificou-se contudo um aumento do valor absoluto das provisões em 2007. Este aumento é justificado pelo crescimento da carteira de crédito, nomeadamente no cartão de pagamento.

O custo do risco de crédito em 2007 manteve-se em linha com os objectivos previamente definidos garantindo o crescimento sustentado da carteira de crédito, bem como a sua rentabilidade.

Estes resultados resultam de um processo de decisão de crédito eficaz e da boa performance do Controlo de Crédito e Contencioso.

1. Processo de decisão de crédito

O processo de decisão mantém-se assente em três pontos fundamentais:

- Políticas de risco adequadas e devidamente aprovadas e formalizadas. A sua aplicação é garantida pela formação contínua dos recursos humanos e pelos procedimentos de controlo instituídos;
- Sistemas de Scoring evoluídos; e
- Análise do risco ao nível do cliente de forma a garantir o controlo da sua exposição global de crédito, melhorar a estratégia de segmentação e respectiva gestão do ciclo de vida do cliente.

Os pontos acima referidos são revistos e avaliados de forma periódica no sentido de garantir a sua adequação à evolução do mercado e ao objectivo de melhoria constante do nível de risco de crédito. Complementarmente, aprofundou-se ao longo do ano de 2007 as técnicas analíticas de monitorização contínua do risco.

2. Controlo Crédito

- Conclusão do projecto de fixação de objectivos e carteiras individuais em todos os produtos;
- Implementação de um reenvio adicional a banco para cobrança de créditos em atraso no crédito a termo;
- Maior especialização na recuperação de créditos em atraso no produto cartão; e
- Melhor segmentação da estratégia de recuperação no produto cartão.

3. Contencioso

- Preparação e Venda de uma parte da carteira de contratos que estavam em situação de write-off;
- Renegociação de fees e honorários de advogados externos; e
- Estudo e preparação de um novo sistema de informação de gestão de incumprimentos judiciais e extra-judiciais (CACS).

Os recebimentos do contencioso continuam a evidenciar bons níveis em 2007 e contribuem para a redução do risco.

Operações

Em 2007 o desempenho da Direcção de Operações adequou-se à estratégia comercial do Banco, procurando otimizar os processos à sua responsabilidade, no sentido de obter maior flexibilidade, rapidez e qualidade. Em ano de lançamento de novos produtos, foram reforçadas as competências na área de gestão de projectos, inovação e desenvolvimento.

Da relação estreita com as Direcções Comercial e de Marketing, foi possível lançar novos produtos na área do Cartão Privativo (Fidelização e Crédito) e testar o canal Brokers como meio de angariação de novos clientes de Crédito Consolidado.

Especificamente na área de Up/Cross-selling, onde o Credifin tem apostado desde há dois anos foi levado a termo um plano intensivo de acompanhamento, animação e venda de produtos de crédito com resultados que superaram as expectativas.

No plano estratégico, a Direcção implementou acções consonantes com os principais objectivos do Conselho de Gestão:

- Aumento dos proveitos - animação de campanhas de Cross e Up-Selling com objectivos de aumento da rentabilidade Cliente e revitalização da carteira inactiva.
- Controlo dos custos de actividade – Ao nível da gestão operacional a racionalização foi prudente, tendo em conta as exigências ao nível da qualidade e o efeito da sazonalidade nos volumes ao longo do ano. Algumas acções conduziram, apesar de tudo, ao aumento da produtividade (+46%) perante um aumento significativo dos recursos operacionais (+35%) e da actividade operacional (+95%).
- Valorização das vantagens competitivas – a aposta foi feita na consolidação dos níveis de qualidade, especificamente associados à actividade Fidelização e Crédito dos novos cartões.

Ao nível do controlo, auditoria e suporte à decisão, foram implementadas diversas ferramentas internas de monitorização diária da actividade, quer na observância dos níveis de qualidade contratualmente estabelecidos com os parceiros de negócio, quer na área do atendimento presencial e da gestão de reclamações, quer ainda na área de vendas para gestão das acções e dos resultados individuais por colaborador.

A actividade de up/cross-selling continuou a contribuir para a rentabilidade do portfolio: Cerca de 52.000 novas adesões a seguros de protecção ao crédito e 12,9 Milhões de euros na venda de crédito à distância (um crescimento de 184% em relação ao ano anterior).

	2005	2006	06/05	2007	07/06
Volume total actividade	1.328.232	1.687.201	+27%	3.293.216	+95%
Quadro médio operacional	79	84	+6%	114	+36%
Contactos/recurso	1.398	1.823	+30%	2.665	+46%
Volume negócios/recurso	290	331	+14%	286	-14%
Nível de serviço ⁽¹⁾	91%	92%	N/D	92%	+0%

1 Taxa de atendimento para o Serviço de Apoio ao Cliente nos produtos de crédito revolving.

Sistemas de Informação

O exercício de 2007 foi assinalado na DSI pela implementação do Cartão de Pagamento da Modelo Continente Hipermercados, S.A. Novamente, e após definição de prioridades, focamos grande parte do nosso esforço neste desafio tendo atingido uma vez mais um desempenho excelente para as solicitações que a equipa de projecto dirigiu a todo o Banco e em particular à DSI.

Dadas as características e dimensão do projecto de pagamento, as funcionalidades implementadas, quer por recursos internos quer pelos nossos fornecedores, permitiram-nos responder aos requisitos, nos prazos contratados e com elevada qualidade nas funcionalidades disponibilizadas. Destacamos neste projecto a implementação de um sistema de consultas automáticas à Base de Dados da central de Risco do Banco de Portugal e a reformulação do sistema de consultas aos serviços da Credinformações.

A Direcção, devido à expansão dos postos de trabalho verificada com o projecto de cartão de pagamento da Modelo Continente Hipermercados, suspendeu durante o exercício a política de renovação faseada do parque em produção, executada em exercícios anteriores, adiando-se esta renovação para 2008.

Dando seguimento às solicitações da Modelo Continente Hipermercados foram implementados os desenvolvimentos necessários à conversão do programa de fidelização de uma empresa adquirida pelo nosso parceiro, a entrada em produção ocorreu nos primeiros de 2008.

A nossa capacidade de trabalho e organização foi reconhecida em diversos fóruns, tendo a DSI sido convidada para apresentar a solução implementada nos projectos com a Modelo Continente Hipermercados, nomeadamente no caso do Microsoft Dynamics CRM 3.0, onde a Microsoft nos solicitou que participássemos num case study mundial. Disponibilizamo-nos para colaborar com a nossa associada Banco Sygma Polska, recebendo-os e apresentando-lhes a DSI e em particular os projectos relacionados com o cartão de pagamento, nomeadamente o Front-End e o Motor de Decisão.

A plataforma de CTI foi actualizada para a última versão disponibilizada pela Altitude Software e interligou-se com a nova plataforma de VoIP.

Executamos a migração da plataforma AS/400, substitui-se o equipamento de produção por um sistema moderno com maior capacidade de processamento e armazenamento.

Fruto de uma preocupação crescente com a Segurança de Sistemas de Informação que a DSI, por uma lado pelo crescente volume de informação que vem sendo processado nos sistemas do Credifin, e por outro lado dando provimento aos pedidos do Grupo LaSer, têm sido melhoradas e implementadas as infra-estruturas dedicadas a esta componente de sistemas. As melhorias têm sido suportadas com recomendações de equipas de consultores especializados, visando-se a preparação do Banco para uma futura certificação nas áreas de segurança de dados.

Continuando a política de redução de custos dos principais contratos, celebramos com a IBM contratos a três anos para gestão das principais plataformas de sistemas, de modo a obter maiores descontos no licenciamento dos respectivos contratos.

Recursos Humanos

O Grupo teve um desenvolvimento notável nos últimos anos, em boa parte graças à qualidade do nosso Capital Humano e, apesar de 2007 ter sido um ano extremamente exigente, cumprimos os objectivos a que nos propusemos, continuando o nosso crescimento a todos os níveis num mercado cada vez mais competitivo.

Este ano, o aspecto mais relevante da nossa actividade foi o lançamento do cartão cliente Modelo e Continente – a 23 de Janeiro o Cartão de Fidelização e a 26 de Setembro o Cartão de Pagamento. O lançamento foi feito em simultâneo em mais de 130 lojas em todo o país e também no Continente On-line. Este lançamento implicou uma grande operação de organização logística, de recrutamento e um enorme investimento em formação interna e externa. É de salientar o papel do Credifin enquanto entidade formadora, uma vez que os nossos colaboradores também foram responsáveis por dar formação externa em 12 insígnias do Grupo Sonae, representando mais de 530 lojas e cerca de 2.070 formandos.

Ao reajuste e adaptação constante das equipas, acresceu a criação de uma estrutura dedicada Sonae assim como as respectivas equipas de apoio, nomeadamente uma nova equipa comercial e novas equipas de call-centre. Para fazer face às exigências dos novos parceiros e aos horários de funcionamento das lojas, as equipas tiveram que ser reorganizadas e os horários alargados, de forma a assegurar o funcionamento do Credifin das 7h30 à 01h00, sete dias por semana.

Numa primeira fase de lançamento e estudo dos resultados destes novos projectos e impactos na actividade tivemos que recorrer fortemente à contratação temporária, de modo a assegurar o acréscimo de actividade e analisar a eventual necessidade de criação de novos postos de trabalho. Durante o ano foram contratados cerca de 120 temporários, dos quais 65% foram afectos à actividade MCH (Modelo e Continente Hipermercado), 19% ao controlo de crédito e 10% ao SAC (Serviço de Apoio a Cliente) tradicional, sendo os demais afectos às restantes áreas de actividade e a substituições temporárias de colaboradores. Após análise detalhada do volume da actividade, foi calculado o número de novos postos de trabalho a criar, tendo sido integrados cerca de 38% dos colaboradores que inicialmente se juntaram às equipas para fazer face aos eventuais acréscimos provenientes da nova actividade.

Não podemos deixar de focar o trabalho de recrutamento e selecção efectuado durante o ano quer a nível de temporários quer de colaboradores Credifin. Podemos salientar, para além da triagem inicial, o facto de terem sido entrevistados cerca de 210 candidatos dos quais, para além dos temporários já mencionados, resultaram 56 admissões no Credifin, com especial incidência nas equipas já referidas. De acordo com a política do Credifin de valorizar o Capital Humano interno e identificar potenciais adaptáveis a outras funções, verificaram-se ainda 9 transferências de departamento e quatro promoções internas. Face a estes índices de recrutamento, a integração e formação de colaboradores tiveram especial destaque.

A todo este processo esteve subjacente um plano de integração na empresa eficaz, sendo efectuada a todos os colaboradores uma apresentação do grupo, principais aspectos do manual de acolhimento e dos procedimentos internos, foi dada a conhecer a organização da empresa e a actividade desenvolvida em cada uma das áreas, bem como os produtos e estratégia do Grupo, seguindo-se a formação e acompanhamento no posto de trabalho durante as primeiras semanas.

Podemos mencionar ainda outros projectos como a implementação do método avançado do Risco Operacional Basileia II no Grupo Laser, o qual foi terminado em



lugar de destaque apesar do curto espaço de tempo que tivemos para o efeito e da complexidade da sua implementação, visto sermos das filiais com maior número de produtos no mercado.

O processo de avaliação de desempenho e definição de objectivos que tem vindo a ser implementado, foi este ano foi alargado a todos os colaboradores da Empresa, tendo ainda sido testada uma aplicação informática para dar suporte ao mesmo e evitar o desperdício de papel. Foi ainda implementado pela primeira vez um processo adicional de gestão de competências, destinado apenas a colaboradores das duas primeiras linhas.

Na comunicação interna, para além do Repórter C, do verso do recibo e do correio electrónico para comunicações pontuais, não podemos deixar de focar a nível de eventos os esforços desenvolvidos para a consolidação do espírito de equipa. Pela primeira vez os colaboradores do Credifin tiveram a oportunidade de testar os seus dotes de rugby, tendo sido bem sucedidos no torneio realizado em Saint-Maxime onde merecidamente regressaram a casa com a taça de vencedores. Estivemos presentes uma vez mais no Lisboa-Dakar, provavelmente a prova mais notável de todo o terreno, com um jêep da equipa de Paul Nogues e Tuvache. E, como já é habitual, terminámos o ano com a nossa Festa de Natal que, para além da boa disposição e muita animação, superou todas as expectativas contando com 378 presenças, foram entregues 173 presentes a crianças de funcionários e ainda tivemos 19 colaboradores aniversariantes entre as bodas de cristal e de estanho.

O grande sucesso do nosso desenvolvimento e dos projectos alcançados, deve-se às equipas que neles trabalharam que, imbuídos do espírito Credifin, compreendem e partilham os objectivos, procurando ser cada vez melhores, o que possibilita que se tenham destacado uma vez mais pela sua competência, produtividade e qualidade.

Queremos que 2008 seja um ano em busca de melhorias constantes de produtividade e de qualidade, sendo fundamental uma eficiente gestão do Capital Humano. Um dos nossos principais objectivos será continuar a intensificar e melhorar o processo de comunicação na Empresa, incentivando os nossos gestores a fazer com que os seus colaboradores, conheçam, partilhem, compreendam e se sintam implicados na prossecução das estratégias e objectivos da Empresa.

ACTIVIDADE DA FIDEPLUS – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda

A actividade da empresa consiste na prestação de serviços nomeadamente acções promocionais e de marketing, intermediária em sistemas de fidelização, compra e venda de veículos de Aluguer de longa Duração. Contudo, e à semelhança do exercício de 2006, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, esta sociedade não exerceu qualquer actividade.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As circunstâncias em que se desenrolou 2007 e o que antecipamos para 2008, aconselham-nos prudência e rigor, tanto ao nível dos objectivos, como da análise da evolução das condições da economia em geral e do nosso sector em particular.

Acreditamos que as bases que lançamos nos últimos anos nos deixaram mais fortes e mais preparados para momentos mais difíceis, como aqueles que vivemos e que, muito provavelmente continuaremos a ter de enfrentar.

Como empresa-mãe do Grupo, continuaremos a fazer da satisfação dos nossos clientes e parceiros, o principal vector da nossa actuação, construindo e consolidando parcerias fortes e que possam ser referências nos mercados em que actuamos.

Para isso, continuaremos a investir essencialmente no Capital Humano, através da formação e da informação permanente dos Colaboradores do Grupo, que se têm revelado como o principal pilar do nosso desenvolvimento. Mas não deixaremos igualmente de continuar a investir nos nossos sistemas de informação, como forma privilegiada de continuar a ter capacidade para inovar e melhorar a qualidade do nosso serviço.

Estamos convictos que é esta a melhor forma de encarar um futuro, que é marcado por bastantes interrogações, mas com absoluta consciência das dificuldades, com o "Know-How" do Grupo em que nos integramos e com a vontade e determinação de todos os que colaboram no Credifin, sabemos que temos condições para prosseguir os objectivos que nos propomos.

CONCLUSÃO

O Conselho de Administração deseja expressar a todos os colaboradores o seu apreço pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado.

Aos Clientes, agradecemos a preferência com que nos distinguiram.

Às Instituições de Crédito que nos apoiaram, o nosso agradecimento.

Ao Fiscal único, pelo apoio manifestado e interesse demonstrado, o nosso reconhecimento.

Aos Auditores, os agradecimentos pelo apoio prestado à Gestão e Direcção da Empresa.

Porto, 31 de Março de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXOS

(Montantes expressos em Euros)

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A
Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007

Notas/ Quadros anexos	31 de Dezembro 2007		31 de Dezembro 2006	
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32	3.173	3.173	3.608
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32	593.184	593.184	3.617.905
Outros activos financeiros detidos para negociação	17	1.217.258	1.217.258	623.860
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda		0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	32	0	0	285.850
Créditos a clientes	20/21	619.342.213	37.320.160	582.022.053
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura	18	1.397.036		1.397.036
Activos não correntes detidos para venda	19	401.325	56.830	344.495
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	22	13.287.214	7.286.798	6.000.416
Activos intangíveis	23	13.864.260	5.460.258	8.404.002
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes	24	22.715		22.715
Activos por impostos diferidos	15/24	426.416		426.416
Outros activos	25	18.215.237		18.215.237
Total de Activo		668.770.031	50.124.046	618.645.985
Passivo				
Recursos de bancos centrais				
Passivos financeiros detidos para negociação	17	0	0	410
Recursos de outras instituições de crédito	26	475.383.929		475.383.929
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	8.542.087		8.542.087
Responsabilidades representadas por títulos				
Passivos financeiros associados a activos transferidos				
Derivados de cobertura	18	117.048		117.048
Passivos não correntes detidos para venda				
Provisões	21	35.999		35.999
Passivos por impostos correntes	15/24	1.666.992		1.666.992
Passivos por impostos diferidos	15/24	271.290		271.290
Instrumentos representativos de capital				
Outros passivos subordinados				
Outros passivos	25	21.129.307		21.129.307
Total de Passivo		507.146.652	507.146.652	452.911.120
Capital				
Capital	29	28.800.000		28.800.000
Prémios de emissão		3.748.553		3.748.553
Outros instrumentos de capital		0		0
Reservas de reavaliação				
Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	30	66.640.886		66.640.886
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)		12.309.894		12.309.894
Total de Capital		111.499.333	111.499.333	99.189.440
Total de Passivo e Capital		618.645.985	618.645.985	552.100.560

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A
Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2007

	Notas/ Quadros anexos	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Juros e rendimentos similares	7	65.316.048	57.658.546
Juros e encargos similares	7	28.605.918	21.173.937
Margem Financeira		36.710.130	36.484.609
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	8	8.771.986	4.930.077
Encargos com serviços e comissões	8	1.366.534	1.121.383
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (Líquido)	9	652.874	377.267
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (Líquido)	9	0	0
Resultados de reavaliação cambial (Líquido)			
Resultados de alienação de outros activos	12	2.023.850	54.344
Resultado de alienação de activos não correntes disponíveis para venda	13	(489.270)	(498.111)
Outros resultados de exploração	14	11.949.207	10.169.728
Produto Bancário		58.252.243	50.396.531
Custos com pessoal	10	7.384.096	7.660.969
Gastos gerais administrativos	11	22.621.031	21.575.039
Depreciações e amortizações	22/23	2.348.633	1.730.758
Provisões líquidas de reposições e anulações		0	0
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Líquidas de reposições e anulações)	21	9.112.675	4.149.627
Recuperação de crédito, juros e despesas			
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	(36.534)	1.446
Resultado antes de impostos		16.822.342	15.278.692
Impostos			
Correntes	15	4.355.273	3.530.805
Diferidos	15	157.175	721.332
Resultado após impostos		12.309.894	11.026.555
Do qual : Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
Resultado líquido do exercício		12.309.894	11.026.555

O TÉCNICO DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S, S.A***Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007***

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Actividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos	63.985.974	56.945.475
Juros e custos pagos	(29.897.106)	(20.410.320)
Resultados de serviços e comissões	9.297.115	3.809.114
Recuperações de crédito e juros vencidos	6.296.841	3.943.715
Pagamentos a empregados e fornecedores	(63.257.202)	(55.999.138)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(13.574.379)	(11.711.155)
Diminuições (aumentos) em:		
Disponibilidades em Bancos Centrais	(435)	27
Disponibilidades em instituições de crédito	(3.024.976)	2.099.913
Derivados activos de negociação	593.398	486.496
Derivados activos de cobertura	(543.412)	1.256.029
Aplicações em instituições de crédito	(285.850)	285.850
Créditos a clientes	58.073.693	56.374.842
Outros activos e contas de regularização	6.960.765,45	(1.263.202)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	61.773.183	59.239.955
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito	49.258.854	45.206.533
Recursos de clientes	(606.815)	133.023
Derivados passivos de negociação	(410)	(123)
Derivados passivos de cobertura	117.048	393.703
Outros passivos e contas de regularização	(4.687.027)	(6.332.946)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	44.081.650	39.400.190
Pagamento de impostos sobre lucros	(3.453.022)	(1.715.881)
Fluxos de actividades operacionais líquido	664.132	6.412.729
Actividades de investimento		
Vendas de empresas filiais e associadas	0	0
Aquisições de activos intangíveis e outros activos tangíveis	(2.037.177)	(3.594.603)
Vendas de activos intangíveis e outros activos tangíveis	203.184	100.569
Dividendos recebidos e outros proveitos	0	0
Fluxos de actividades de investimento	(1.833.993)	(3.494.034)
Actividades de financiamento		
Amortizações de dívida titulada	0	0
Juros de dívida titulada	0	0
Distribuição de dividendos	0	0
Fluxos de actividades de financiamento	0	0
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(1.169.861)	2.918.695
Caixa e seus equivalentes no início do período	670.391	(2.248.304)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(499.470)	670.391

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A

Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

	Capital	Premios de emissão	Reserva legal	Outros Instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 NIC	28.800.000	3.748.553	2.312.064	0	30.096.045	23.206.222,0	88.162.884
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)			2.984.678				
Incorporação em Outras reservas do resultado líquido de 2005					20.221.544		
Resultado de 2006						11.026.555	
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 NIC	28.800.000	3.748.553	5.296.742	0	50.317.589	11.026.555	99.189.439

COFINOGA (Portugal) S.G.P.S., S.A

Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	Capital	Premios de emissão	Reserva legal	Outros Instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 NIC	28.800.000	3.748.553	5.296.742	0	50.317.589	11.026.555	99.189.439
Diferimento comissões incrementais							
Contabilização cobertura - derivadas e reavaliação de instrumento coberto							
Reconhecimento de instrumentos financeiros derivados de negociação							
Ajustamento da mais valia decorrente da venda da associada							
Impostos diferidos							
Eliminação da participação na Fideplus							
Constituição reserva legal (10% lucros líquidos)							
Incorporação em Outras reservas do resultado líquido de 2006					805.667		
Resultado de 2007					10.220.888		
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 NIC	28.800.000	3.748.553	6.102.409	0	60.538.477	12.309.894	111.499.333

O TÉCNICO DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



INTRODUÇÃO

A COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante designada de “Empresa” ou Cofinoga) foi constituída em 17 de Julho de 1997. A Empresa tem a sua sede social no Porto.

O objecto da Empresa é o legalmente consentido às sociedades gestoras de participações sociais, nomeadamente a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

NOTA 1 - ESTRUTURA DO GRUPO

A Empresa como núcleo de um Grupo financeiro (Grupo COFINOGA Portugal) detém participações em empresas filiais. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das empresas.

A estrutura do Grupo analisa-se como segue:

Denominação Social	Sede	% de participação de capital		
		Directa	Indirecta	Total
Subsidiárias:				
Credifin - Banco de Crédito ao Consumo, SA	Porto	100,00	-	100,00
Fideplus - Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda	Porto	99,60	0,40	100,00

A actividade das subsidiárias do Grupo são como segue:

(I) CREDIFIN – Banco de Crédito ao Consumo, SA

O CREDIFIN – Banco de Crédito ao Consumo, SA, (Credifin BCC) é uma Instituição Financeira cuja actividade está agora regulada pelo Decreto - Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos - Lei 246/95 e 232/96, tendo sido constituída em 5 de Novembro de 1990. Até final de Agosto de 1998 tratava-se de uma Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, regulada pelo Decreto - Lei n.º 206/95 de 14 de Agosto.

O Banco tem a sua sede social no Porto e opera actualmente com duas delegações – Porto (Sede) e Lisboa.

A actividade do Banco consiste fundamentalmente na concessão de crédito a particulares e profissionais livres, para a aquisição de bens de consumo duradouros e serviços. Esta actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.



(II) FIDEPLUS – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda

A FIDEPLUS – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda (FIDEPLUS) foi constituída em 24 de Agosto de 2000. A actividade da empresa consiste na prestação de serviços nomeadamente acções promocionais e de marketing, intermediária em sistemas de fidelização, compra e venda de veículos de Aluguer de longa Duração. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta sociedade não exerceu qualquer actividade.

Os dados financeiros mais significativos extraídos das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas são como segue:

Empresas	Total do activo		Resultados Líquidos		Capitais Próprios	
	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2006
Credifin Bcc, S.A	622.918.715	555.544.734	11.081.304	8.536.230	78.077.531	66.996.227
Fideplus, Lda	17.973	17.707	(16.204)	(597)	1.476	17.681

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras da COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº1606/2002 do parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e das suas filiais passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS).

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução 4/96, de 17 de Junho. A COFINOGA (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, apresentou em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Normas contabilísticas com aplicação obrigatória a partir do exercício de 2007:

- IFRS7, Instrumentos financeiros: Divulgação de informações e respectivas alterações à IAS 1 - introduz novos requisitos de divulgação relacionados com os instrumentos financeiros, sem impacto na sua classificação e mensuração, e com o capital;



- IFRIC 8, Âmbito de aplicação do IFRS 2 - sem impacto nas demonstrações financeiras da Cofinoga;
- IFRIC 10, Relato financeiro intercalar e imparidade - sem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Cofinoga.

Normas contabilísticas com aplicação obrigatória em 2007 não relevantes para a Cofinoga:

- IFRS 4, “Contratos de seguro”;
- IFRIC 7, Aplicação da abordagem pela reexpressão segundo o IAS 29 – Relato financeiro em economias hiper inflacionárias;
- IFRIC 9, Reavaliação de derivados embutidos.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas sem aplicação obrigatória em 2007:

A Cofinoga optou por não aplicar as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2007:

- IFRS 8, Segmentos operacionais;
- IFRIC 11, IFRS 2, Transacções de acções próprias e do grupo;
- IFRIC 12, Acordos de concessão de serviços;
- IFRIC 13, Programas de fidelidade de Clientes.

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras da Cofinoga.

NOTA 3 – PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

3.1 Consolidação de empresas filiais e registo de empresas associadas

A Cofinoga detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. Empresas filiais são aquelas em que a Empresa detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Empresas associadas são aquelas em que a Cofinoga exerce, directa ou indirectamente, influência significativa sobre a sua gestão e as suas políticas financeiras mas não detém o controlo da empresa. Como regra geral, presume-se que existe controlo quando a participação de capital é superior a 50% e que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

As demonstrações financeiras das empresas filiais são consolidadas pelo método de integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de integração global são eliminados no processo de consolidação. Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo Cofinoga.

As empresas associadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Segundo este método, o valor do investimento inicialmente reconhecido pelo custo é

ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo.

Conforme previsto na IFRS 3 e de acordo com as políticas contabilísticas em vigor no Grupo Cofinoga até à data de transição para as IAS/IFRS, o valor do *badwill* gerado em investimentos efectuados até 31 de Março de 2004 foi integralmente deduzido aos capitais próprios.

As diferenças de consolidação positivas - *badwill* - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação ou do registo pelo método da equivalência patrimonial são imediatamente reconhecidas em resultados.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Cofinoga SGPS e das empresas filiais e associadas, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

3.2 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos pelo Grupo na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

A Cofinoga classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

3.2.1 Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilística”);
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

3.2.2 Créditos e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo créditos tomados (*factoring*) e operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao justo valor. Em geral, o justo valor corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados às operações de crédito).

Subsequentemente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Grupo à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Cofinoga classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

O Grupo procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis ou de difícil recuperação e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, e que de outra forma seriam considerados créditos vencidos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos designados como activos cobertos são valorizados de acordo com a política descrita na nota 3.3.1 – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura – Derivados de cobertura.

Imparidade de crédito a clientes

Os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade com periodicidade mensal. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado, que possa ser estimado com fiabilidade.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; probabilidade do mutuário entrar em falência; dificuldades financeiras significativas por parte de um emitente ou cliente) mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional (estimativas e pressupostos).

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras. A avaliação da imparidade é efectuada em base individual para créditos de montante significativo e em base colectiva e individual para as operações que não sejam de montante significativo. Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado



colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Análise individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuada operação a operação, tendo como referência a informação que consta dos modelos de análise de risco de crédito do Cofinoga os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- Exposição global do cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto da Empresa;
- operações financeiras ou não financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução);
- notação de risco do cliente determinada através de um sistema de cálculo implementado na Cofinoga. Esta notação de risco incorpora, entre outras, as seguintes características:
 - i) situação económico-financeira do cliente;
 - ii) risco do sector de actividade em que opera;
 - iii) qualidade de gestão do cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Grupo e pela existência de incidentes;
 - iv) qualidade da informação contabilística apresentada.
 - v) natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do Grupo; e
 - vi) crédito em situação de incumprimento superior a 30 dias.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas são calculadas com base na estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante o período correspondente à diferença entre a data de referência de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação dos fluxos de caixa estimados.

De salientar que, a estimativa do valor recuperável do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não existam indícios objectivos de imparidade são incluídos num grupo de activos com características de risco de crédito semelhantes, e a existência de imparidade é avaliada colectivamente.

Os activos avaliados individualmente e para os quais é reconhecida uma perda por imparidade são excluídos das análises colectivas.

Análise colectiva

Os *cash-flows* futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base na experiência histórica de perdas para activos com risco de crédito semelhante. A existência de uma mensalidade em atraso constitui o “facto gerador” do cálculo da imparidade do crédito segundo o IAS 39.

Os *inputs* para cálculo da imparidade colectiva são obtidos por aplicação de uma modelização estatística dos fluxos de recuperação e perdas integrando todos os movimentos possíveis entre os diferentes estratos, com base dos dados históricos observados.

A análise colectiva envolve a estimativa dos seguintes factores de risco:

- Possibilidade de uma operação ou cliente em situação regular vir a demonstrar indícios de imparidade manifestados através de atrasos ocorridos durante o período de emergência (período de tempo que medeia entre a ocorrência do evento da perda e a identificação desse mesmo evento por parte da Empresa) conforme previsto no IAS 39, estas situações correspondem a perdas incorridas mas ainda não observadas, ou seja, casos em que o evento de perda já ocorreu mas a Empresa ainda não o identificou;
- Possibilidade de uma operação ou cliente que já registou atrasos entrar em incumprimento (situação de contencioso) durante o prazo residual da operação; e
- Perda económica das operações no caso de entrarem em situação de incumprimento.

Os dados históricos observados dos fluxos de recuperação e perdas são actualizados periodicamente e segmentados segundo o tipo de produtos comercializados pelo Grupo (Cartão, PPR, PPC) de forma a considerar as suas especificidades.

Para as exposições com evidência objectiva de imparidade, o montante da perda resulta da comparação entre o valor de balanço e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. Para efeitos de actualização dos fluxos de caixa futuros é considerada a taxa de juro original do contrato.

Para a determinação da percentagem de perda estimada para as operações ou clientes em situação de incumprimento são considerados os pagamentos efectuados pelos clientes após o incumprimento, deduzidos de custos directos do processo de recuperação. Os fluxos considerados são descontados à taxa de juro das operações e comparados com a exposição existente no momento em que o cliente entrou em incumprimento.

3.2.3 Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção da Empresa é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As

variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em caso de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

3.3 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso a Cofinoga recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

3.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que a Empresa negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

O Grupo possui derivados de negociação e de cobertura.

Os derivados de negociação, são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

3.4.1 Derivados de cobertura

O Grupo utiliza derivados de taxa juro para cobertura de justo valor do activo, nomeadamente crédito a clientes. O Grupo dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, aquando da transacção inicial, o instrumento que está a ser coberto a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Grupo testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação de justo valor do instrumento de cobertura (derivado), por forma a confirmar se a relação entre ambos se situa num intervalo entre 80% e 125%

Os testes de eficácia das coberturas são devidamente documentados em cada final do mês assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação de justo valor de activos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto e à parte eficaz da cobertura, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos ou passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por variação relativa ao justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo (80%-125%), os derivados são reclassificados para negociação sendo o valor de reavaliação dos instrumentos cobertos reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

3.4.2 Derivados embutidos

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subseqüentes reconhecidas na demonstração de resultados.

3.5 Activos e passivos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

A Empresa às datas de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, não possui no seu activo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

3.6 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

3.7 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

3.8 Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso de cartões privativos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de 3 anos para o software e despesas de desenvolvimento, no caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos) e pelo período pelo qual o direito de ingresso foi contratado (7 anos).

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

O Grupo, até à data, não reconheceu quaisquer activos intangíveis desenvolvidos internamente.

3.9 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são activos utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os terrenos não são amortizados. As reintegrações de outros activos tangíveis adquirido até 1999 inclusive, são calculadas pelo método das quotas constantes. As reintegrações de outros activos tangíveis adquiridos após 2000 (inclusive) são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos.

As taxas actualmente aplicadas aos outros activos tangíveis, que reflectem a vida útil esperada dos bens, são as seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis	50
Mobiliário e Material	10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento Informático	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

3.10 Locação financeira

A contabilização de um contracto de locação é efectuada de acordo com o tipo de contracto, isto é, se o Grupo assume o papel de locador ou locatário:

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado

financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Outros activos tangíveis por contrapartida da rubrica Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Os outros activos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8..

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

3.11 Activos recebidos por recuperação de crédito

A política da Cofinoga para activos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os activos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de activos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- existência de um plano de venda;
- activo esteja disponível para venda imediata;
- a venda ser altamente provável;
- o preço de venda ser coerente com os preços de mercado; e
- ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes activos são inicialmente registados, pelo menor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão, em que foram reconhecidas anteriormente.

3.12 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Cofinoga tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

3.13 Benefícios aos empregados

O Grupo não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

Bónus a empregados

O bónus a empregados atribuídos pelo Grupo são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

3.14 Instrumentos de Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

3.15 Impostos sobre os lucros

A Empresa, as suas subsidiárias e associadas estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada, que em 31 de Dezembro de 2007 era de 25% acrescida da derrama, resultando numa taxa agregada de 26,5% (2006: 27,5%).

A Empresa regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável ao imposto corrente a vigorar no exercício de 2007 (26,5%).

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes. Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo não tinha prejuízos fiscais disponíveis.

O cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as NIRF, foram baseadas em pressupostos, que foram objecto de confirmação por parte das autoridades fiscais.

3.16 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

3.17 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

3.18 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras o Grupo efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Imparidade de crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar, incluindo de activos a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes. Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados pela Cofinoga, têm impacto nas estimativas efectuadas.

Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

Impostos sobre lucros

A Cofinoga reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

NOTA 4 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1 Gestão do risco

O Grupo encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor). O programa de gestão de risco do Grupo tem um enfoque na incerteza associada aos mercados financeiros e tenta minimizar os potenciais riscos adversos que podem afectar a performance financeira do Grupo.

Os riscos da actividade do Grupo, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de *compliance*, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração da Sociedade, nas suas reuniões trimestrais. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência dum sistema de "reporting" de periodicidade diária, mensal e trimestral que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

4.2 Risco de crédito

O Grupo assume exposições de risco de crédito, que se traduz no risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos.

O controlo do risco de crédito, inicia-se na determinação das políticas para cada um dos produtos comercializados pela Instituição, e para os diferentes canais de distribuição utilizados. Uma criteriosa selecção desses canais é efectuada, e o seu seguimento em termos de performance é efectuada de forma regular.

As políticas de crédito são emitidas pela Direcção de Risco e aprovadas pelo Conselho de Administração. Estas são postas em prática pela DOP, mais concretamente pelos Departamentos de Aceitação, Validação e Serviço de Apoio a Clientes.

Estão instituídos diversos controlos no Grupo para garantir o cumprimento das regras internas de aceitação e validação.

Mensalmente é efectuado um Comité de Risco, com a participação do Director Geral, Director Marketing, Director Comercial, Director de Risco, Responsável do Risco, Director das Operações, Director Administrativo Financeiro e Responsável do Controlo Interno. Nestas reuniões são analisados os resultados divulgados pela Direcção de Risco ao nível da progressão do risco e das taxas de aceitação por produto e actividade, analisadas eventuais inconformidades detectadas na sequência da realização dos testes acima mencionados e debatidas as eventuais alterações a introduzir ao nível dos procedimentos de aceitação e validação de forma a ajustar o risco de crédito aos objectivos definidos pelo Conselho de Administração.

O processo de concessão de crédito de acordo com os critérios definidos assenta na observância dos seguintes princípios fundamentais:

- na recolha e análise de informação sobre a operação, e os seus intervenientes, conducente à filtragem através dum “Scoring” específico para cada produto. O Scoring é ventilado na maioria dos produtos;
- numa criteriosa análise de documentação e informações adicionais tendentes a detectar e prevenir o risco de fraude quer por parte dos Clientes, quer por parte dos canais de distribuição; e
- definição de um *rating* de fornecedores que permita uma selecção cuidada dos clientes por ponto de venda.

O Grupo dispõe do apoio regular da Direcção de Risco da Cofinoga S.A. (França), no seguimento das performances dos “Scorings”, bem como na elaboração dos próprios modelos, no estudo de medidas correctivas, e na determinação e adequação de políticas para os novos produtos ou canais de comercialização.

O Grupo utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias colaterais aquando do adiantamento de fundos. O Grupo implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colateral ou de mitigação do risco de crédito.

Os principais tipos de colateral para créditos e valores a receber são:

- Livrança e reserva de propriedade.

Créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo representa o pior cenário a nível de exposição da Cofinoga a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição definida abaixo é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
31 de Dezembro de 2007			
Patrimoniais			
Crédito a clientes	619.342.213	37.320.160	582.022.053
Derivados :			
Cobertura	1.397.036	0	1.397.036
Negociação	1.217.258	0	1.217.258
Disponibilidades em outras instituições de crédito	593.184	0	593.184
Aplicações em IC's	0	0	0
Outros Activos	18.215.237	0	18.215.237
	640.764.928	37.320.160	603.444.768
31 de Dezembro de 2006			
Patrimoniais			
Crédito a clientes	560.483.737	36.121.255	524.362.482
Derivados :			
Cobertura	1.940.448	0	1.940.448
Negociação	623.860	0	623.860
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.617.905	0	3.617.905
Aplicações em IC's	285.850	0	285.850
Outros Activos	11.681.136	0	11.681.136
	578.632.936	36.121.255	542.511.681

Para efeitos de determinação de imparidade, a carteira de crédito do Cofinoga encontra-se segmentada da seguinte forma:

2007							
Crédito e juros vencidos	Cientes com 1º atrasos	Cientes com atrasos	Duvidosos	Reestruturados	Pré Contencioso	Contencioso	Total
Valor bruto	47.853.938	8.449.412	5.215.549	7.474.167	7.332.964	32.472.871	108.798.900
Imparidade	(3.365.723)	(1.330.764)	(2.492.438)	(1.906.128)	(4.139.033)	(24.086.075)	(37.320.160)
	44.488.215	7.118.648	2.723.112	5.568.039	3.193.931	8.386.795	

2006							
Crédito e juros vencidos	Cientes com 1º atrasos	Cientes com atrasos	Duvidosos	Reestruturados	Pré Contencioso	Contencioso	Total
Valor bruto	43.839.757	7.082.070	7.546.360	4.942.511	4.240.224	34.459.083	102.110.005
Imparidade	(3.275.748)	(1.717.454)	(2.573.924)	(822.338)	(2.439.404)	(25.292.388)	(36.121.255)
	40.564.009	5.364.616	4.972.436	4.120.174	1.800.820	9.166.694	

Crédito a clientes vencidos mas não em imparidade

Todos os créditos a clientes que se encontrem vencidos há pelo menos 30 dias são considerados como estando em imparidade, não tendo o Grupo clientes vencidos sem imparidade calculada.

Crédito a clientes considerados individualmente em imparidade

Não existem no Grupo situações de crédito a clientes considerados individualmente para o cálculo de imparidade.

Crédito a clientes renegociado

A renegociação de créditos inclui a extensão dos períodos de pagamentos, planos aprovados de gestão externa, modificação e diferimento de pagamentos. Após a renegociação, um cliente anteriormente em incumprimento é considerado em cumprimento e volta a ser gerido juntamente com contas similares. As políticas e práticas de reestruturação são baseadas em indicadores ou critérios que, na opinião da gestão, indicam que os pagamentos irão muito provavelmente continuar. Estas políticas são mantidas em constante revisão. O montante de empréstimos e adiantamentos renegociados que de outra forma seriam considerados vencidos ou em imparidade não são significativos no Grupo.

4.3 Risco Cambial

Todas as transacções do Grupo são negociadas e liquidadas em Euros, pelo que não está sujeita a este tipo de risco.

4.4 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa é o risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O principal risco de taxa de juro advém de eventuais subidas da taxa de juro. Isto porque o aumento do custo do financiamento do Grupo não é reflectido de forma imediata nos proveitos de clientes, dado que o Grupo pratica taxas de juro fixas nos contratos de crédito concedido. O risco de taxa de juro foi gerido de acordo com as normas internacionais do Grupo. A cobertura de risco de taxa de juro do passivo de financiamento do Grupo é controlada e negociada pela Cofinoga (França), sendo a estratégia de cobertura delineada posteriormente comunicada e analisada com a DAF. O Grupo também gere o risco de taxa de juro associado ao crédito a clientes, através da contratação de “Swaps” de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é medido por um modelo de repricing gap sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos financeiros em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada). A administração determina limites para os níveis do repricing da taxa de juro que podem ser assumidos pelo Grupo, que são monitorizados diariamente pelo departamento financeiro.

O *Repricing gap* a 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	À vista	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	3.173	0	0	0	0	0	3.173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	593.184	0	0	0	0	0	593.184
Aplicações em IC's	0	0	0	0	0	0	0
Crédito vincendo	0	29.190.227	49.928.388	158.997.895	305.176.489	20.789.820	564.082.819
Total do Activo	596.357	29.190.227	49.928.388	158.997.895	305.176.489	20.789.820	564.679.176
Recursos de IC's e encargos	1.095.826	189.676.411	284.611.692	0	0	0	475.383.929
Empréstimos e encargos	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de clientes cauções	0	642.765	348.997	1.615.409	5.859.814	75.102	8.542.087
Total do Passivo	1.095.826	190.319.176	284.960.689	1.615.409	5.859.814	75.102	483.926.016
Gap	-499.469	-161.128.949	-235.032.301	157.382.486	299.316.675	20.714.718	80.753.160
Gap acumulado	-499.469	-161.628.418	-396.660.719	-239.278.233	60.038.442	80.753.160	

O *Repricing gap* a 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

	À vista	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	3.608	0	0	0	0	0	3.608
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.617.905	0	0	0	0	0	3.617.905
Aplicações em IC's	0	285.850	0	0	0	0	285.850
Crédito vincendo	0	23.019.677	42.309.610	144.930.947	284.350.428	13.849.999	508.460.661
Total do Activo	3.621.513	23.305.527	42.309.610	144.930.947	284.350.428	13.849.999	512.368.024
Recursos de IC's e encargos	4.362.714	160.331.257	260.500.000	0	0	0	425.193.971
Empréstimos e encargos	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de clientes cauções	0	957.830	382.331	1.840.235	7.113.181	40.326	10.333.903
Total do Passivo	4.362.714	161.289.087	260.882.331	1.840.235	7.113.181	40.326	435.527.874
Gap	-741.201	-137.983.560	-218.572.721	143.090.712	277.237.247	13.809.673	76.840.150
Gap acumulado	-741.201	-138.724.761	-357.297.482	-214.206.770	63.030.477	76.840.150	

Análise de sensibilidade

O Grupo utiliza Instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro, os quais se encontram registados ao justo valor, na data em que o Grupo negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Em 31 de Dezembro de 2007, a cobertura de risco de taxa de juro do passivo de financiamento do Grupo encontra-se garantida a 95%.

Assim, um aumento ou diminuição nas taxas de juro de mercado a 31 de Dezembro de 2007 não teria efeitos significativos no lucro do Grupo antes de impostos, assim como nos capitais próprios.

4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

Cabe sobretudo à Direcção Administrativa e Financeira (DAF), o controlo destes riscos, elaborando para o efeito os elementos a disponibilizar ao Conselho de Administração.

A gestão de curto prazo dos fundos é desenvolvida com base nas previsões efectuadas para um período mínimo de 15 dias pelo Departamento de Tesouraria e que são ajustadas diariamente. Este intervalo de tempo na previsão, permite tomar decisões atempadas, sobretudo no que concerne à tomada de fundos ao abrigo de contratos já existentes, minimizando o risco de ruptura do stock mínimo de segurança de capital.

As propostas ao nível da gestão de liquidez de curto prazo (Tomadas e Aplicações de Fundos) são revistas e autorizadas semanalmente pelo Responsável da Tesouraria com uma antecedência mínima de pelo menos 15 dias. Este verifica ainda diariamente o cumprimento dos stocks mínimos de segurança de capital.

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante global das linhas de crédito concedidas, mas não utilizadas pelo Grupo ascendia a cerca de €153 milhões. A aprovação da contratação das novas linhas de financiamento é aprovada pelo Director Financeiro com base na previsão da liquidez a 12 meses e a 3 anos, nas quais são utilizados diversos cenários possíveis:

- Pessimista (no qual todas as linhas de crédito são reembolsadas e não renovadas no termo do contrato);
- Provável;
- Optimista (que tem por base o cenário provável conjugado com a aceitação de propostas de crédito em curso).

É uma das responsabilidades da DAF, assegurar a liquidez por um prazo superior a 1 ano. O risco de liquidez é ainda atenuado em função da forte solidez financeira do Grupo Internacional em que a empresa se insere.

4.6 Gestão de capital

Os objectivos da Cofinoga em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, são:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelos reguladores do mercado bancário nos mercados onde a Cofinoga opera;
- Salvaguardar a capacidade da Cofinoga de continuar como a sua actividade e assim proporcionar retornos para os accionistas e benefícios para outros stakeholders; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

O Banco de Portugal exige que cada instituição: (a) mantenha um nível mínimo de capital, e (b) mantenha um rácio de capital face ao activo ponderado pelo risco ou que seja igual ou superior aos mínimos internacionais acordados.

A regulamentação de Capital da Cofinoga é gerida pelo departamento de tesouraria:

- *Tier 1 capital*: capital próprio (líquido do valor de das acções próprias), lucros retidos e reservas criadas através dos lucros retidos.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados através de uma hierarquia de cinco classes de risco classificadas de acordo da natureza de e reflectindo uma estimativa dos riscos de crédito, mercado e outros riscos associados com cada activo e contraparte, tendo em consideração quaisquer colaterais e garantias aplicáveis. Um tratamento similar é adoptado para exposição fora de balanço, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza contingente das perdas potenciais.

A regulamentação de capital e o uso do capital regulatório é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das directivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Cofinoga para os períodos em questão no dia 31 de Dezembro. Durante estes dois períodos, o Grupo cumpriu com todos os requisitos de capital impostos externamente a que está sujeito.

	2007	2006
Tier 1 Capital	90.785.437	96.157.472
Fundos próprios de base (1)	90.785.437	96.157.472
Activos ponderados pelo risco	607.719.738	545.598.108
No balanço	606.700.838	544.794.008
Fora do balanço	1.018.900	804.100
Rácio de adequação de fundos próprios de base (TIER I)	14,94%	17,62%

(1) não inclui resultado líquido

NOTA 5 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos que se encontram registados no Balanço do Grupo ao custo amortizado são:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito - são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas;
- Recursos de IC's - são constituídos maioritariamente por tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por

que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;

- Recursos de clientes e outros empréstimos – são constituídos por tomadas de curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado e por contas caução relativas a contratos de leasing; e
- Outros activos e passivos – são constituídos por valores a receber e a pagar de curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor dos activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor:

	Justo valor a 31 de Dezembro de 2007			
	Valor de Balanço	Modelos de valorização	Total de justo valor	Diferença
Activo				
Crédito vincendo	619.342.213	620.495.531	620.495.531	1.153.318
Instrumentos derivados de negociação	1.217.258	1.217.258	1.217.258	0
Instrumentos derivados de cobertura	1.397.036	1.397.036	1.397.036	0
Outros activos	18.215.237	18.215.237	18.215.237	0
	640.171.744	641.325.062	641.325.062	1.153.318
Passivo				
Instrumentos derivados de negociação	0	0	0	0
Outros passivos	(21.129.307)	(21.129.307)	(21.129.307)	0
	(21.129.307)	(21.129.307)	(21.129.307)	0

	Justo valor a 31 de Dezembro de 2006			
	Valor de Balanço	Modelos de valorização	Total de justo valor	Diferença
Activo				
Crédito vincendo	508.460.661	508.474.781	508.474.781	14.120
Instrumentos derivados de negociação	1.940.448	1.940.448	1.940.448	0
Instrumentos derivados de cobertura	623.860	623.860	623.860	0
Outros activos	11.681.136	11.681.136	11.681.136	0
	522.706.105	522.720.225	522.720.225	14.120
Passivo				
Instrumentos derivados de negociação	(410)	(410)	(410)	0
Outros passivos	(16.460.121)	(16.460.121)	(16.460.121)	0
	(16.460.531)	(16.460.531)	(16.460.531)	0

Todas as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados de negociação e cobertura, ocorridas no exercício de 2007, encontram-se registadas em resultados do exercício.

NOTA 6 – ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO VENTILADOS POR LINHAS DE NEGÓCIO E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A actividade desenvolvida pelo Grupo, na segmentação por linhas de negócio enquadra-se como de Banca Comercial, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração de resultados e do balanço. Adicionalmente, dado o Grupo não ter Sucursais ou Filiais no estrangeiro, todos os proveitos e custos gerados, resultaram de operações realizadas em Portugal.

NOTA 7 – MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades	62.238	13.108
Aplicações em IC's	103.574	27.031
Crédito a Clientes		
Empresas	3.076.718	2.897.129
Particulares	45.680.284	41.173.157
Operações de Locação Financeira	8.807.552	8.107.782
Crédito Vencido	1.994.830	1.474.323
Juros de Swaps e Fra's	2.128.259	709.188
Juros de Caps	261.919	147.701
Comissões ao custo amortizado	3.200.675	3.109.127
	65.316.048	57.658.546
Juros e encargos similares		
Juros em IC's no país	4.645.666	3.703.767
Juros em IC's no estrangeiro	14.468.017	8.782.100
Juros de empréstimos	0	0
Juros Devedores	6.386	38.956
Juros de Operações Loc.Imobiliária	4.306	3.577
Comissões de abertura crédito	2.667	70.223
Juros de obrigações	0	0
Prémios de Caps	86.780	95.038
Juros de Swaps e Fra's	76.524	491.565
Comissões ao custo amortizado	9.315.571	7.988.711
	28.605.918	21.173.937
Margem Financeira	36.710.130	36.484.609

NOTA 8 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de seguros de crédito	5.310.768	4.103.011
Comissões em operações com cartões	3.360.423	782.897
Anuidades	69.815	44.169
Outros	30.980	0
	8.771.986	4.930.077
Encargos com serviços e comissões		
Garantias recebidas	92.916	43.111
Serviços bancários	891.198	792.053
Comissões sobre a produção	382.420	286.219
	1.366.534	1.121.383

NOTA 9 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Derivados de negociação		
Swaps's	731.963	278.556
Fra's	1.805	287
Cap's	(120.805)	60.890
	612.963	339.733
Derivados de cobertura		
Swaps's	(761.750)	1.880.391
Reavaliação de instrumentos cobertos		
Crédito a clientes	801.662	(1.842.857)
	39.912	37.534
	652.874	377.267

NOTA 10 – CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Remunerações dos órgãos de gestão		
Remuneração mensal	160.440	152.985
Remunerações adicionais	148.302	28.815
Encargos sociais obrigatórios	13.853	11.831
Remunerações dos empregados		
Remuneração mensal	3.825.837	3.951.718
Remunerações adicionais	1.917.738	2.136.850
Encargos sociais obrigatórios	1.049.612	1.096.865
Encargos sociais facultativos	189.682	195.734
Indemnizações contratuais	134	28.813
Outros	78.499	57.358
	7.384.096	7.660.969

A Cofinoga não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de Segurança Social.

Durante o exercício de 2007, foram alocados alguns recursos humanos ao desenvolvimento e implementação do novo sistema de gestão para o crédito revolving denominado por "LISA", o qual se perspectiva que entre em funcionamento até ao final do primeiro semestre do exercício de 2008. Assim, durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à capitalização dos custos com o pessoal afecto a este projecto, no montante de €445.527.

Valores imobilizados por componentes de remunerações e encargos;

<i>Remunerações dos empregados</i>	
Remuneração mensal	258.240
Remunerações adicionais	102.052
Encargos sociais obrigatórios	74.808
Encargos sociais facultativos	10.427
	445.527

O efectivo médio de trabalhadores, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Conselho de Administração	1	1
Funções de Direcção	10	10
Funções Técnicas e específicas	123	119
Funções administrativas	171	140
Outros	0	0
	305	270

NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é como segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Água, energia e combustíveis	240.306	229.471
Impressos e material de consumo corrente	1.573.946	1.621.154
Material para assistência e reparação	10.155	6.162
Publicações	1.283	2.033
Material de higiene e limpeza	19.253	13.979
Outros	16.939	10.629
Rendas e alugueres	798.877	628.417
Comunicações e despesas expediente	2.986.832	1.930.346
Deslocações e estadas	694.988	843.471
Publicidade	6.204.259	7.326.383
Avenças e Honorários	1.486.347	1.265.468
Conservação e reparação	282.269	243.780
Seguros	121.899	128.453
Serviços judiciais	370.776	368.159
Serviços especializados informática	3.716.141	2.489.359
Serviços especializados segurança	68.999	60.188
Recrutamento de pessoal	1.611	36.059
Serviços especializados informações	318.281	300.290
Trabalho temporário	583.626	246.458
Outros serviços especializados	2.810.398	3.235.529
Transportes	24.851	23.326
Encargos com formação de pessoal	22.843	67.454
Serviços de arquivo e Outros	266.153	498.471
	22.621.031	21.575.039

NOTA 12 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A Decomposição desta rubrica é como segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Resultados de alienação de outros activos		
Mais valias na alienação de activos tangíveis	132.188	55.803
Menos valias na alienação de activos tangíveis	0	1.459
Ganhos na alienação de créditos a clientes	1.891.663	0
	2.023.850	54.344

Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de um conjunto de créditos totalmente provisionados e já abatidos ao activo em exercícios anteriores, gerando um ganho no exercício no montante de €1.891.663.

NOTA 13 – RESULTADOS DE ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Resultados de alienação de outros activos não correntes		
Ganhos na alienação de activos não correntes para venda	104.232	93.125
Perdas na alienação de activos não correntes para venda	593.501	591.236
	(489.270)	(498.111)

NOTA 14 – RESULTADOS NÃO CORRENTES

A decomposição desta rubrica é analisada no quadro que se segue.

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Outros proveitos não correntes		
Reembolso de Despesas	4.176.545	3.622.584
Prestação de serviços	0	739.914
Mais valias em operações de locação financeira	97.305	124.680
Recuperação de créditos, juros e despesas de crédito vencido	7.906.617	5.860.668
Outros	18.863	34.194
	12.199.330	10.382.040
Outros custos não correntes		
Contribuição para o FGD	17.500	17.500
Quotizações	14.628	16.745
Donativos	30.900	5.125
Menos valias em operações de locação financeira	2.862	17.244
Impostos	65.494	66.012
Multas e penalidades	14.397	5.431
Perdas em contratos não provisionados	104.032	68.776
Outros	309	15.479
	250.123	212.312
Resultado de exploração	11.949.207	10.169.728

NOTA 15 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A Sociedade e suas subsidiárias são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O

pagamento/recebimento de impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das suas subsidiárias durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam (cinco anos no caso da Segurança Social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2002 a 2007.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção – Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do Conselho de Administração da Empresa, não é previsível que venha a ser efectuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração Fiscal no decorrer do exercício de 2001 procedeu à revisão das declarações fiscais da subsidiária Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, SA relativas aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram projectos de liquidações adicionais no montante de 1 525 milhares de euros. Parte destas resultaram do facto do entendimento da Administração Tributária relativamente ao tratamento das provisões constituídas para créditos reclamados judicialmente ser diferente daquele que vinha a ser adoptado por esta subsidiária.

Sendo convicção da Administração o resultado das impugnações que apresentou lhe serão favoráveis do montante global das liquidações adicionais no montante 1 525 milhares de euros, no exercício de 2001 não foi contabilizado como custo do exercício um montante de 861 milhares de euros, correspondente ao montante que esta subsidiária espera vir a recuperar no futuro das referidas liquidações adicionais.

Já no decorrer do exercício de 2008, as impugnações judiciais apresentadas pelo Banco foram consideradas totalmente procedentes, pelo que foi determinado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a restituição dos montantes pagos pelo Banco, acrescidos de juros indemnizatórios. Contudo, foi apresentada uma interposição de recurso pela Fazenda Pública.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício é como segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Imposto corrente do exercício	4.355.273	3.530.805
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	157.175	721.332
Total do imposto registado em resultados (1)	4.512.448	4.252.137
Resultados antes de impostos (2)	16.822.342	15.278.692
Carga fiscal ((1) / (2))	26,82%	27,83%

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária ente o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu

valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

A reconciliação entre taxa nominal de imposto e a carga fiscal efectivamente verificada nos exercícios de 2007 e 2006 é como segue:

	31 de Dezembro de 2007		31 de Dezembro de 2006	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		16.822.342		15.278.692
Imposto apurado - taxa nominal de imposto	26,5%	4.457.921	27,5%	4.201.640
Outros	0,0%	1.997	0,0%	(3.183)
Tributação autónoma	0,3%	52.530	0,4%	53.680
		4.512.448		4.252.137
Taxa efectiva		26,82%		27,83%

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31 de Dezembro	
	Taxa de imposto 2007	Taxa de imposto 2006
IRC	25,0%	25,0%
Derrama	1,5%	2,5%
	26,5%	27,5%

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço consolidado é como segue:

	31 de Dezembro	31 de Dezembro
	2007	2006
Impostos diferidos		
Activos	426.416	421.156
Passivos	(271.290)	(108.855)
	155.126	312.301
Registados por contrapartida de :		
Reservas	312.301	1.033.632
Resultado do exercício	(157.175)	(721.331)
	155.126	312.301

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados no exercício de 2007 é como segue:

	Base		Balanço		Resultados transitados		Resultados	
	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2007
Diferimento de custos de transacção	(1.547.057)	(1.160.293)	409.970	307.478	409.970	102.492		
Reconhecimento de instrumentos financeiros derivados de negociação	410.773	1.023.735	(108.855)	(271.290)	(108.855)	162.435		
Provisões tributadas de RGC	(12.184)	(426.306)	3.229	112.970	3.229	(109.741)		
Contabilidade de cobertura - reconhecimento dos derivados e reavaliação do instrumento coberto	(30.027)	(22.521)	7.957	5.968	7.957	1.989		
	(1.589.268)	(1.609.120)	421.156	426.416	421.156	157.175		
	410.773	1.023.735	(108.855)	(271.290)	(108.855)			

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Activos financeiros detidos para negociação	Instrumentos financeiros	Crédito e valores a receber	Outros passivos Financeiros	Total
2007					
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais			3.173		3.173
Disponibilidades em outras instituições de crédito			593.184		593.184
Outros activos financeiros detidos para negociação	1.217.258				1.217.258
Créditos a clientes					1.397.036
Derivados de cobertura		1.397.036	582.022.053		582.022.053
Outros activos			18.215.237		18.215.237
Total Activos	1.217.258	1.397.036	600.833.647		603.447.941
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação					0
Recursos de outras instituições de crédito				475.383.929	475.383.929
Recursos de clientes e outros empréstimos				8.542.087	8.542.087
Derivados de cobertura		117.048			117.048
Outros passivos				21.129.307	21.129.307
Total Passivos		117.048		505.055.323	505.172.371
2006					
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais			3.608		3.608
Disponibilidades em outras instituições de crédito			3.617.905		3.617.905
Outros activos financeiros detidos para negociação	623.860				623.860
Créditos a clientes			524.362.482		524.362.482
Derivados de cobertura		1.940.448			1.940.448
Outros activos			11.681.136		11.681.136
Activos	623.860	1.940.448	539.665.131		542.229.438
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	410				410
Recursos de outras instituições de crédito				425.193.971	425.193.971
Recursos de clientes e outros empréstimos				10.333.903	10.333.903
Derivados de cobertura					0
Outros passivos				16.460.121	16.460.121
Total Passivos	410			451.987.995	451.988.405

NOTA 17 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

Instrumentos Derivados de Negociação	31 de Dezembro de 2007			31 de Dezembro de 2006		
	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor Nocial	Valor de Balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Mercado de balcão						
Contratos de taxa de juro						
Swap's	242.900.000	1.181.497	0	128.000.000	378.793	(410)
Cap's	29.200.000	33.956	0	96.400.000	244.395	
Fra's	5.000.000	1.805	0	13.500.000	672	
		1.217.258	0		623.860	(410)

NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

Instrumentos Derivados de Cobertura	31 de Dezembro de 2007			31 de Dezembro de 2006		
	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor Nocial	Valor de Balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Mercado de balcão						
Contratos de taxa de juro						
Swap's	263.000.000	1.397.036	117.048	247.300.000	1.940.448	0
		1.397.036	117.048		1.940.448	0

NOTA 19 – ACTIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nos activos não correntes detidos para venda registados no exercício de 2007 é como segue:

	31-12-2006		Adições		Alienações		31-12-2007
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Recuperações de Veículos	Imparidade	Venda de Veículos	Imparidade	Valor Líquido
Activos não correntes detidos para venda	481.075	(93.364)	2.248.812	(48.949)	(2.328.562)	85.483	344.495
	481.075	(93.364)	2.248.812	(48.949)	(2.328.562)	85.483	344.495

NOTA 20 – CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Crédito interno		
Empresas		
Crédito classico	37.861.488	34.806.417
Locação financeira	52.839.692	49.377.892
Aluguer financeiro	22.128.725	22.074.092
Sem caução	18.308.009	18.059.188
Com Caução	3.820.716	4.014.904
Sub total empresas	112.829.905	106.258.401
Particulares		
Crédito classico	210.642.612	207.670.364
Locação financeira	49.878.988	50.238.170
Aluguer financeiro	16.590.940	20.497.891
Sem caução	13.689.553	16.313.540
Com Caução	2.901.387	4.184.351
Revolving-PPR	119.395.806	94.991.932
Cartão privativo	51.812.935	25.138.073
Crédito habitação colaboradores	2.931.632	3.665.830
Sub total particulares	451.252.913	402.202.260
Sub total empresas e particulares	564.082.818	508.460.661
Correcção de valor de activos objecto de cobertura	(1.041.195)	(1.842.857)
Total de crédito interno	563.041.622	506.617.804
Receitas com proveito diferido - comissões incrementais	(2.447.590)	(2.472.543)
Receitas com proveito diferido - juros compensados	(619.159)	(697.485)
Juros a receber de clientes	4.178.859	3.259.025
Despesas com encargo diferido - comissões incrementais	14.699.357	12.994.595
	15.811.467	13.083.592
Crédito e Juros vencidos		
Até 90 dias	3.021.071	2.805.845
Mais de 90 dias	37.468.053	37.976.496
	40.489.124	40.782.341
Total bruto	619.342.213	560.483.737
Imparidade		
Imparidade	(37.320.160)	(36.121.255)
	(37.320.160)	(36.121.255)
Total líquido	582.022.053	524.362.482

O movimento ocorrido nas provisões em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é apresentado na Nota 21 – Imparidade e provisões.

Os juros a receber estão incluídos no valor da carteira.

As taxas de juro médias por tipo de produto durante o ano de 2007 e 2006 podem ser analisados no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Taxa média da carteira		
Crédito classico automóvel	8,73%	8,73%
Crédito classico egm	11,41%	11,41%
Locação financeira	7,52%	6,14%
Aluguer financeiro	6,34%	6,11%
Crédito habitação colaboradores	3,61%	3,53%
Revolving-PPR	23,00%	23,00%
Cartão privativo	19,00%	19,00%

A exposição de crédito vincendo, por montante emprestado é como segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Exposição do crédito interno vincendo		
Inferior a 2.500 Eur	141.580.708	122.344.422
De 2.500 Eur a 5.000 Eur	77.069.468	69.859.395
De 5.000 Eur a 25.000 Eur	282.768.307	256.675.039
Mais de 25.000 Eur	62.664.334	59.581.805
	564.082.817	508.460.661

NOTA 21 – IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões registados no exercício de 2007 é como segue:

	31-12-2006	Reforços	Reposições/ Anulações	Utilizações	31-12-2007
Imparidade de activos financeiros					
Imparidade de crédito a clientes	(36.121.255)	(12.266.390)	3.153.715	7.913.770	(37.320.160)
Imparidade de outros activos					
Imparidade para outras aplicações	(93.364)	(48.949)	85.483	0	(56.830)
	(36.214.619)	(12.315.339)	3.239.198	7.913.770	(37.376.990)
Provisões					
Provisões para contingências legais	(47.105)	0	0	11.106	(35.999)
	(47.105)	0	0	11.106	(35.999)

As utilizações registadas durante o exercício correspondem ao abate contabilístico de créditos totalmente provisionados, para os quais não existia qualquer expectativa de cobrança.

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos tangíveis registados no exercício de 2007 é como segue:

	Valor bruto em 31-12-2006	Aquisições	Alienações / abates	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Alienações / abates	Transferências	Amortizações acumuladas	Valor líquido em 31-12-2007
Imóveis de serviço próprio	2.665.020				2.665.020	(427.848)	(39.998)			(467.846)	2.197.174
Grandes reparações em imóveis	786.585				786.585	(323.514)	(34.626)			(358.140)	428.445
Imóveis em regime de locação financeira	171.061				171.061	(7.698)	(2.566)			(10.264)	160.797
Obras em edifícios arrendados	347.149				347.149	(57.858)	(69.430)			(127.288)	219.861
Equipamento	8.050.043	1.070.559	(610.098)	409.259	8.919.763	(5.818.672)	(1.037.439)	539.101	6.250	(6.323.260)	2.596.503
Imobilizado em Curso	257.211	549.684		(409.259)	397.636	0	-	-	-	0	397.636
	12.277.069	1.620.243	(610.098)	0	13.287.214	(6.635.590)	(1.184.059)	539.101	6.250	(7.286.798)	6.000.416

NOTA 23 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos activos intangíveis registados no exercício de 2007 é como segue:

	Valor bruto em 31-12-2006	Aquisições	Alienações / abates	Transferências	Trab. P/Empresa	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Alienações / abates	Amortizações acumuladas	Valor líquido em 31-12-2007
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	4.402.813	172.987		891.071		5.466.871	(3.837.963)	(505.939)		(4.343.362)	1.123.509
Despesas de instalação	88.159		(88.159)			0	(88.159)	-	88.159	0	0
Custos plurianuais	1.286.899	5.632.737	(63.047)			6.856.589	(198.447)	(659.175)	63.047	(794.575)	6.062.014
Despesas de investigação	337.317					337.317	(322.321)			(322.321)	14.996
Imobilizado em curso	1.445.062	171.703		(891.071)	477.789	1.203.483					1.203.483
	7.560.250	5.977.427	(151.206)	0	477.789	13.864.260	(4.446.890)	(1.164.574)	151.206	(5.460.258)	8.404.002

A subsidiária Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, SA, celebrou com o Grupo Sonae um contrato para o lançamento de um cartão de fidelização e um cartão de pagamento, válido em todas os supermercados e hipermercados do grupo, tendo para tal de pagar um montante de €5.630.000 pela aquisição do direito de exclusividade, a vigorar durante a vigência do contrato, o qual teve início em Janeiro de 2007 e terminará em Janeiro de 2014. Este montante foi considerado como um activo imobilizado incorpóreo pelo facto de cumprir com todas as condições necessárias ao seu reconhecimento como tal.

NOTA 24 – IMPOSTOS ACTIVOS E PASSIVOS

A origem dos impostos diferidos activos e passivos pode ser vista no quadro que se segue:

	31-12-2007		31-12-2006	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos Correntes				
IRC	22.715	(1.666.992)	21.731	(766.755)
Impostos diferidos				
Reconhecimento de derivados de negociação	0	(271.290)	-	(108.855)
Reconhecimento derivados de cobertura e reavaliação instrumento coberto	5.968	0	7.957	0
Provisões tributadas	112.971	0	3.229	0
Crédito - Comissões incrementais	307.477	0	409.970	0
	<u>426.416</u>	<u>(271.290)</u>	<u>421.156</u>	<u>(108.855)</u>
	449.131	(1.938.282)	442.887	(875.610)

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros activos, encontra-se no quadro que se segue:

	31 de Dezembro	31 de Dezembro
	2007	2006
Outros activos		
Sector público administrativo	110.903	1.114
Contribuição inicial para FGD	49.880	49.880
Imposto do selo a receber de clientes	148.198	113.787
Valores à guarda do tribunal	6.210.633	4.808.841
Rendas e cauções	579.323	164.168
Fundo de maneo a colaboradores	11.304	10.308
Adiantamentos a advogados e solicitadores e outros	124.605	617.499
Subvenções a receber	457.732	386.512
Adiantamentos a fornecedores	3.372.406	2.457.004
Seguros de crédito e outros	219.668	43.561
Prestação de outros serviços	1.669.871	413.447
	<u>12.954.521</u>	<u>9.066.121</u>
Proveitos a receber		
Gestão de cartões e serviços	1.126.475	219.874
Comissões de seguros de crédito	1.340.163	851.286
	<u>2.466.638</u>	<u>1.071.160</u>
Despesas com custo diferido		
Seguros	69.802	2.005
Rendas e alugueres	25.685	22.490
Aluguer de software e outros	382.331	58.287
Outros custos administrativos	193.098	175.182
Trabalhos especializados	913.067	129.484
	<u>1.583.982</u>	<u>387.448</u>
Outras contas de regularização		
Operações a regularizar com colaboradores	35.788	53.213
Operações a regularizar com impostos	967.993	935.780
Economato	50.426	50.426
Operações com cartão bancário e outras	155.889	116.988
	<u>1.210.096</u>	<u>1.156.407</u>
	<u>18.215.237</u>	<u>11.681.136</u>

O valor evidenciado na rubrica de “Valores à guarda do tribunal”, refere-se aos montantes na posse dos Tribunais, relativos a cheques precatórios e penhoras sobre contratos em contencioso. O apuramento deste montante resulta de inventários efectuados pelos Advogados do Grupo ao longo de cada exercício.

As operações a regularizar com impostos inclui o montante de €861 milhares relativo ao valor que o Grupo espera vir a recuperar na sequência das inspecções fiscais referidas na Nota 15 – Impostos sobre os lucros.

A decomposição da rubrica outros passivos, encontra-se no quadro que se segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Outros passivos		
Fornecedores Residentes		
Fornecedores de bens em regime de locação financeira	80.055	87.696
Fornecedores de imobilizado	5.688.272	127.779
Outros fornecedores	1.618.076	1.430.522
Fornecedores não residentes		
Empresas do Grupo	306.532	515.855
Outros fornecedores	196.268	693.678
Credores diversos		
Credores de comissões	1.136.405	1.077.115
Credores de seguros	1.598.923	939.035
Advogados e solicitadores	21.519	11.278
	10.646.051	4.882.958
Outras exigibilidades		
Sector público administrativo	777.079	962.923
	777.079	962.923
Encargos a pagar		
Gastos com o pessoal	1.686.283	1.804.763
Outros custos administrativos	1.527.914	3.011.289
Contribuições para o FGCD	17.500	17.500
Encargos a pagar associados ao custo amortizado	1.969.498	1.496.869
Encargos a pagar associados à produção	95.970	546.042
Encargos com comissões bancárias	51.437	2.656
	5.348.602	6.879.119
Receitas com proveito diferido		
Comissões de seguros de crédito	1.395.363	1.504.866
Comissão de crédito gratuito	674.332	274.895
	2.069.695	1.779.761
Outras contas de regularização		
Contas de regularização da actividade cartão/revolving e outras	661.993	207.375
Cobrança de valores	90.301	123.270
Cobranças a regularizar	1.326.245	1.214.470
Valores não identificados	209.342	410.245
	2.287.881	1.955.360
	21.129.307	16.460.121

A rubrica de fornecedores de imobilizado inclui o montante de €5.630.000 a pagar ao Grupo Sonae na sequência do contrato referido na Nota 23.

NOTA 26 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Recursos de IC's no País		
A curto prazo	85.500.000	86.900.000
A médio e longo prazo	0	0
Saldos credores em DO reclassificados	1.095.826	3.236.972
Recursos de IC's no Estrangeiro		
A curto prazo		
Em IC's do Grupo	386.000.000	333.200.000
Em IC's fora do Grupo	0	0
Saldos credores em DO reclassificados	0	0
	472.595.826	423.336.972
Juros e encargos diferidos		
Juros diferidos	0	0
Garantias e avales	-	(307)
Comissões abertura de crédito diferidas	-	(666)
Juros a pagar		
A IC's do país	451.245	198.128
A IC's do Grupo no estrangeiro	2.336.858	1.659.844
A IC's fora do Grupo no estrangeiro	0	0
	2.788.103	1.856.999
	475.383.929	425.193.971

As taxas médias durante o exercício de 2007 e 2006 foram respectivamente de 3,87% e 3,13%.

NOTA 27 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Recursos de Clientes		
Cauções em contratos de aluguer	8.542.087	10.333.903
	8.542.087	10.333.903

Estes montantes referem-se às cauções recebidas de clientes em contratos de aluguer e não têm qualquer taxa de juro.

NOTA 28 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Compromissos assumidos perante terceiros		
Linhas de crédito - revogáveis	251.987.052	136.029.273
Garantias prestadas	0	3.050
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis assumidas por terceiros	153.535.000	209.900.000
Outras		
Créditos abatidos ao activo	19.287.454	45.853.235
Juros anulados	7.482.939	13.580.243
Rendas vincendas	141.366.963	137.496.174
Valores residuais	19.178.560	20.438.300

NOTA 29 – CAPITAL SOCIAL

A 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a Cofinoga (Portugal) S.G.P.S, S.A é detida a 99,9938% pela Laser Cofinoga S.A. (França).

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Capital		
Acções ordinárias	28.800.000	28.800.000
	28.800.000	28.800.000

NOTA 30 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Reserva legal	6.102.409	5.296.742
Outras reservas	55.540.294	48.289.291
Resultados transitados	4.998.183	2.028.299
	66.640.886	55.614.332

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	<u>31 de Dezembro</u> <u>2007</u>	<u>31 de Dezembro</u> <u>2006</u>
Reserva Legal		
Saldo de abertura	5.296.742	2.312.064
Transferência de resultados	805.667	2.984.678
Saldo de Fecho	<u>6.102.409</u>	<u>5.296.742</u>
Outras reservas		
Saldo de abertura	48.289.291	28.067.748
Transferência de resultados	7.251.003	20.221.543
Saldo de Fecho	<u>55.540.294</u>	<u>48.289.291</u>
Resultados transitados		
Saldo de abertura	2.028.298	2.028.298
Resultado líquido do ano anterior	11.026.555	23.206.221
Resultados transitados relativos à fusão por incorporação da Cab	0	0
Aplicação da DC nº 25 à Cab	0	0
Aplicação das NCA's	0	0
Transferência para reserva legal	(805.667)	(2.984.678)
Transferência para reserva outras reservas	(7.251.003)	(20.221.543)
Saldo de Fecho	<u>4.998.183</u>	<u>2.028.298</u>

NOTA 31 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2007, 31 de Dezembro de 2006, relativos às transacções verificadas com partes relacionadas:

	31 de Dezembro 2007	31 de Dezembro 2006
Activos		
<i>Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - instrumentos financeiros derivados	38.941	31.552
Imobilizado em curso		
Cofinoga G.I.E	77.137	182.581
Laser Symag, S.A.	-	590.937
Imobilizado		
Laser Symag, S.A.	168.035	-
Outros activos		
Laser Symag, S.A.	448.798	-
	732.911	805.070
Passivos		
<i>Passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - instrumentos financeiros derivados	-	-
Empréstimos		
Sygmá Banque	386.000.000	333.200.000
BNP	-	-
Juros a pagar		
Sygmá Banque	2.336.751	1.659.844
BNP - empréstimos	-	-
Outros Passivos		
Cms - Communication Marketing Services	196.883	156.933
Cofinoga G.I.E	69.649	153.487
Cofinoga S.A.	-	28.247
Laser Symag, S.A.	5.148	177.187
5One Limited	40.000	-
Total passivos	388.648.431	335.375.698
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
Sygmá Banque	114.000.000	166.800.000
BNP	-	-
Derivados - valor nocional		
BNP - instrumentos financeiros derivados	58.000.000	36.200.000
Total extrapatrimoniais	172.000.000	203.000.000
Demonstração de resultados		
Proveitos		
<i>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - instrumentos financeiros derivados	168.646	250.261
Juros e proveitos equiparados		
BNP - instrumentos financeiros derivados	105.090	69.366
	273.736	319.627
Custos		
<i>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</i>		
BNP - derivados	-	-
Juros e encargos equiparados		
Sygmá Banque	14.467.956	7.786.562
BNP - empréstimos	-	130.780
BNP - instrumentos financeiros derivados	14.431	159.641
Garantias e Aavales		
Cofinoga S.A.	42.572	32.362
Seguros		
Laser, S.A	42.950	37.000
Custos Informáticos/ Outros		
Cofinoga G.I.E	217.077	154.473
Cms - Communication Marketing Services	1.930.578	1.258.746
Laser Symag, S.A.	158.643	5.679
5One Limited	40.000	-
Total custos	16.914.207	9.565.243

NOTA 32 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	<u>31 de Dezembro</u> <u>2007</u>	<u>31 de Dezembro</u> <u>2006</u>
Numerário	2.805	2.795
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	368	813
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	593.184	3.617.905
Aplicações em instituições de crédito	0	285.850
Descobertos bancários	(1.095.827)	(3.236.972)
	<u>(499.470)</u>	<u>670.391</u>

NOTA 33 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas da Sociedade e das Subsidiárias incluídas na consolidação serão incluídas no processo de consolidação da Laser Cofinoga França, SA.

A sede social da Laser Cofinoga França, SA tem o seguinte endereço: Laser Cofinoga França, SA, 66, Rue des Archives, 75003 Paris.

As contas da Laser Cofinoga França, SA estão disponíveis na correspondente sede social.

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Cofinoga (Portugal) Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de €618.646 milhares e um total de capital próprio de €111.499 milhares, incluindo um resultado líquido de €12.310 milhares), a Demonstração consolidada de resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no capital próprio, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas

Cofinoga (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

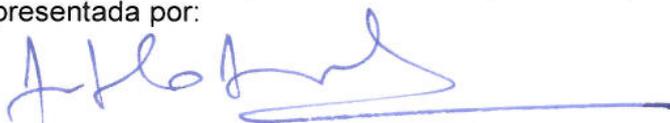
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada Cofinoga (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA em 31 de Dezembro de 2007, as alterações no capital próprio, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 10 de Abril de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Cofinoga (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração consolidada de alterações no capital próprio, a Demonstração Consolidada do Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada da Empresa, das alterações no capital próprio consolidado, dos seus resultados consolidados e dos seus fluxos de caixa consolidados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspectos mais significativos.



Cofinoga (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão; e
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Porto, 10 de Abril de 2008

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.